

## POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO ENTRE CHINA E AMÉRICA DO SUL

*Gustavo Erler Pedrozo<sup>1</sup>*

La presencia comercial china, como es conocida, aumentó de manera significativa en el mundo en los últimos años. Lo mismo ocurrió con la región suramericana, de manera específica, y latinoamericana de manera general, haciendo que China se pudiese ocupar un lugar destacado en la agenda comercial de los países de la región. En paralelo la gran presencia económica, China tiene un discurso cooperativo, sobre todo en lo que se relaciona con los países en desarrollo. Discurso que es reforzado al llamarse a sí misma el mayor país en desarrollo de la actualidad. Teniendo en cuenta estos hechos, en 2008, China ha publicado un documento explicando sus concepciones y términos para profundizar las relaciones con América Latina y Caribe. El documento buscó, entonces, demostrar las intenciones de profundización de las relaciones con la región en 4 asuntos: en lo político; económico; cultural y social; la paz y temas jurídicos. En todo el documento existen menciones de términos como cooperación win-win, la obtención de beneficios mutuos y otros términos que presuponen igualdad en las relaciones. Seis años después de la publicación del documento, este trabajo propone analizar si hubo un cambio en los términos de cooperación y relación entre China y países seleccionados de Sudamérica. Para esto será realizada una búsqueda documental de los acuerdos firmados entre China y países sudamericanos en los ámbitos bilaterales y multilaterales. Entonces los acuerdos serán analizados teniendo en cuenta los distintos grados de cooperación involucrados: desde compromisos informales establecidos en discursos, hasta acuerdos vinculantes. Después será realizado un breve análisis de las consecuencias traídas por los acuerdos, indagando en qué medida interesan a las partes involucradas. La hipótesis es que, aunque el discurso sea de una relación igualitaria, hay diferencias significativas entre las partes, y las posibilidades de obtener objetivos mutuos en el sistema político y económico internacional es restricta.

### INTRODUÇÃO

O desempenho econômico chinês nos últimos anos lançou o país como importante parceiro comercial das diversas regiões no mundo. Sua característica de plataforma de exportação de produtos manufaturados, cada vez mais intensivos em tecnologia, fez com que os chineses saíssem em busca de recursos naturais, ao passo que buscava abrir novos mercados para sua economia em grande parte voltada às exportações. Ainda que nos últimos anos os dirigentes chineses busquem um modelo de crescimento mais voltado para seu mercado interno, a grande presença chinesa nos mercados mundo afora não será revertida facilmente. Paralelamente à ascensão econômica, ainda que não seja um fato declarado pelos governantes chineses, as implicações políticas dessa presença se fazem sentir. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores da China tem buscado sistematizar, dentro dos preceitos conhecidos já há algum tempo da Coexistência Pacífica e buscando reafirmar seu caráter de país em desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Estudiante de doctorado em Relaciones Internacionales y Desarrollo en la FFC-UNESP. Miembro del Grupo de Pesquisas dos BRICS

No entanto, essas alterações, aliadas à uma transformação no sistema internacional que diversos autores afirmam ocorrer desde os anos 1970 trazem à tona novas discussões que haviam sido deixadas de lado com o final da Guerra Fria e a hegemonia estadunidense, com suas consequências para as Ciências Sociais trazidas pelo domínio do neoliberalismo. O maior contato econômico entre a periferia do sistema capitalista nos remete, novamente às discussões sobre a possibilidade de cooperação entre esses países para melhor inserção política e econômica, com possíveis consequências positivas para o plano social. A alteração do sistema econômico para um modelo mais democrático e que dê mais voz aos países do Sul global também retoma a agenda de discussão nos foros internacionais e nas políticas externas de muitos desses países.

Nesse sentido entende-se que seja necessário compreender as relações da China com a América do Sul. A publicação, em 2008, de um documento sistematizando os objetivos e expectativas chinesas para as relações com a região foi importante, tendo em vista que as relações comerciais cresceram de forma vigorosa ao longo da década de 2000 e pode alterar uma relação histórica que a região sul-americana teve com os Estados Unidos. No entanto, há que se ressaltar pontos de conflito, sobretudo econômicos, dessa relação: aumento da competição dos produtos manufaturados chineses no mercado interno ou mesmo em terceiros mercados já estabelecidos e uma pressão por parte da demanda chinesa para (re)especialização dos países da região na produção e exportação de *commodities*. A análise dessa questão deverá passar pelo entendimento de ambas as partes do que seja uma relação de “benefícios mútuos”, historicamente utilizadas nos discursos da cooperação sul-sul que privilegiou relações de tipo horizontal e de expectativas de ganhos reais para os envolvidos.

O presente trabalho pretende analisar, dentro das concepções propostas pelo referido documento chinês, as possibilidades de avanços na cooperação entre China e América do Sul, buscando entender a natureza e possíveis consequências das relações, destacando características teóricas históricas e empíricas para aprofundamento posterior do estudo. Para isso este trabalho dividiu-se em mais quatro seções. Realizou-se um esforço de contextualização dos problemas identificados nas relações norte-sul e as suas tentativas de superação por meio da cooperação sul-sul desde o período pós-Segunda Guerra Mundial até o final da Guerra Fria. Em seguida realizou-se breve descrição da situação atual das discussões sobre cooperação sul-sul, com o objetivo de esclarecer conceitos-chaves para análise empírica. Na terceira seção analisou-se características da política externa chinesa nos anos mais recentes, com ênfase nos discursos e práticas para o mundo em desenvolvimento. Por fim, nas duas últimas seções justificou-se a delimitação do objeto de estudo para os países Brasil e Chile indicou-se a maneira para realização de posteriores estudos.

## 1 O NORTE E O SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A despeito das concepções liberais sobre as relações econômicas internacionais, uma série de autores se preocuparam ao longo dos últimos séculos com as relações desiguais que se davam entre países já avançados tecnicamente e os chamados atrasados. Ainda nos séculos XVIII e XIX era possível considerar nações em formação como Estados Unidos e Alemanha países em busca de uma inserção mais proeminente no sistema econômico internacional. As fontes teóricas e históricas para a contestação do *mainstream* econômico iniciado por Adam Smith (1776) e aperfeiçoada por Ricardo (1817) no que tange a concepção das vantagens comparativas num contexto de livre-mercado remontam a contemporâneos desses autores como Hamilton, nos EUA, ou List na Alemanha. Hamilton (1791) em seu conhecido *Report on Manufacturing* já alertava para a necessidade, ao contrário da especialização proposta pelas contrapartes inglesas, da diversificação da estrutura produtiva nos Estados Unidos, passando a adotar uso mais intenso de máquinas aliado a medidas protecionistas no âmbito comercial.

De acordo com o conceito de sistemas-mundo, amplamente estudado por Wallerstein (1971) em seus volumes intitulados “O Sistema Mundial Moderno”, é possível analisar a formação da economia-mundo capitalista em fases expansivas, em que estão presentes regiões periféricas alijadas da possibilidade de apreensão dos frutos do progresso econômico. Arrighi traz contribuição importante para análise desse processo ao introduzir o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 2012), e sobretudo ao trazer evidências empíricas para a classificação das regiões como centrais (ou núcleo orgânico), periféricas e semi-periféricas, afirmando inclusive que, independente do momento, a transição dos países entre esses estratos da economia-mundo é menos frequente do que se pensa ou se deseja (ARRIGHI, 1997). Ou seja, estruturalmente, a economia-mundo capitalista produz sua periferia. Parte da contribuição para que esses autores contemporâneos analisem o sistema capitalista mundial nestes termos, vem de Prebisch, com texto apresentado na conferência das Nações Unidas, em Havana, no ano de 1949.

Numa análise mais otimista das relações, agora já mais bem definidas em termos geográficos – Norte e Sul, Prebisch (p. 15) identifica a redução relativa, entre 1876 e 1947, “da quantidade de artigos finais que se pode obter com uma quantidade determinada de produtos primários”. Constatação esta que ficou conhecida pela alcunha de “deterioração dos termos de troca” e estava embasada na afirmação de que o progresso técnico alcançado pelos países que contavam com produção industrial avançada, ao contrário do que dizia a teoria da divisão internacional do trabalho, não havia sido compartilhada com os países periféricos. Ainda no mesmo documento Prebisch aponta que as possibilidades destes países assentavam-se na apreensão das

tecnologias e desenvolvimento industrial mediante medidas específicas que foram trabalhadas com mais cuidado ao longo dos anos de CEPAL.

O fato é que no período após a Segunda Guerra Mundial foi possível avançar em discussões de maior autonomia política e econômica para os países periféricos, historicamente alijados dos frutos do progresso técnico obtido pelos países centrais. De acordo com Bernal-Meza (2005, p. 188), passados os tempos turbulentos das duas grandes guerras permeadas pela depressão dos anos 30 “la cuestión de la demanda efectiva fue reemplazada por los problemas del desarrollo a largo plazo”. Ademais, considerou que “la posibilidad del desarrollo (económico) de todos los países llegó a ser una fe universal, compartida por conservadores, liberales y marxistas por igual, lo que dio un enorme impulso a las aspiraciones que el mismo representaba, en especial gracias al optimismo imperante sobre las perspectivas de la expansión de la economía-mundo y el crecimiento de la riqueza”

Um ponto fundamental para esse reconhecimento foi o discurso de posse de Truman, em 1949, quando, além de demarcar com clareza a política de contenção do comunismo, clamou por um esforço conjunto para que houvesse “melhora e crescimento das áreas subdesenvolvidas”. Assim reconheceu o papel de liderança dos Estados Unidos, uma vez que saíam da guerra como o país mais rico e, principalmente como detentor das mais avançadas tecnologias existentes. A contribuição para o desenvolvimento viria, pois, da utilização desse “recurso inesgotável”. Além da atuação dos Estados Unidos, o discurso de Truman chama aos outros países do bloco ocidental em formação para contribuir: “[...] we invite other countries to pool their technological resources in this undertaking. Their contributions will be warmly welcomed. This should be a cooperative enterprise in which all nations work together through the United Nations and its specialized agencies wherever practicable” (TRUMAN, 1949). Logo que a recuperação dos países europeus começou a se concretizar esses países somaram-se aos EUA e passaram a utilizar as “políticas de ajuda” para recuperar influência (COLACRAI, KERN, *et al.*, 2009, p. 07).

Após esse primeiro impulso, ainda oriundo do Norte, começou um movimento entre países africanos e asiáticos que não pretendia envolver os países desenvolvidos. O primeiro encontro, ainda com participação reduzida, que daria início ao conceito de Terceiro Mundo, ocorreu em 1955 na cidade de Bandung, Indonésia. Nesta ocasião, ainda que no âmbito das Nações Unidas, 29 países decidem passa-se a discutir a criação de Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), que teria por base temas relacionados ao reconhecimento dos países à margem dos dois blocos em formação, num contexto de avanço de uma nova forma de dominação e influência que já se fazia sentir na Guerra Fria. As questões mais importantes relacionavam-se à busca por manutenção da independência adquirida e busca por soberania no novo sistema internacional, sendo que os temas

do colonialismo/imperialismo e nacionalismo/independência passaram a ser amplamente discutidos. O O MNA somente se formaliza em 1961, na Conferência de Belgrado, já contando com maior participação do então chamado Terceiro Mundo, e além dos países africanos e asiáticos somam-se países latino-americanos (VIGEVANI, 1994) (LEITE, 2012) (CABANA, 2014)

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um adensamento das discussões e encontros que tinham por tema a cooperação sul-sul, uma vez que o início da articulação dos países do sul apresentavam alguns problemas: 1) número reduzido de participantes; 2) limitação temática, ou seja, bastante voltado à uma afirmação retórica contra o imperialismo e necessidade de autoafirmação; e 3) baixa complementaridade entre suas economias, o que, por certo dificultava um avanço na agenda de discussão e reforçava o caráter de dependência em relação às economias desenvolvidas (LEITE, 2012, p. 14). De acordo com Cabana (2014, p. 14) esse primeiro período que se pode delimitar da cooperação sul-sul caracteriza-se por:

[...] los foros de naturaleza multilateral, en especial aquellos relacionados con la Organización de las Naciones Unidas. Es en estos grandes espacios de debate donde se empiezan a producir esos procesos de asociacionismo del sur que llevan, de manera implícita y explícita, la cooperación entre estos países en su seno. Más quizás como parte del proceso de fortalecimiento de las relaciones y como solidaridad entre pares que como resultado de un proceso de identificación de capacidades y necesidades con unos objetivos de desarrollo bien definidos.

O Plano de Ação de Buenos Aires (SPECIAL UNIT FOR TCDC, 1978) foi o auge do movimento de cooperação sul-sul desta primeira etapa. Foi o encontro que produziu um documento mais detalhado do ponto de vista da ação prática, reconhecendo, ademais, a necessidade de envolvimento dos países em desenvolvimento no progresso técnico das de suas economias, sem no entanto, diminuir a participação dos países desenvolvidos. Em comparação com eventos anteriores contou com participação mais expressiva, sendo 138 membros ao invés dos 29 países que compuseram a Conferência de Bandung de 1955. Apresentou objetivos mais claros como a identificação conjunta dos principais problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento, estímulo da comunicação entre eles, e recomendou esforços em nível nacional para a criação de instituições capazes de identificar as potencialidades de cooperação em nível técnico, bem como suas principais necessidades. Ademais ampliava o escopo de atuação ao incluir outras esferas da sociedade, que não somente os atores estatais:

Each developing country should, as appropriate, organize flexible mechanisms or strengthen them where they already exist in order to promote TCDC, to facilitate the coordination of TCDC activities at the national level and their incorporation into the national development programmes. Such mechanisms may involve the participation of public and private sector representatives to enable interaction with

government bodies and other sector organizations (SPECIAL UNIT FOR TCDC, 1978, p. 12).

Embora o documento produzido no encontro de Buenos Aires tenha significado um importante avanço na concepção e prática da cooperação sul-sul, em especial sobre o tema da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, os anos seguintes não apresentaram um contexto favorável para sua aplicação. Como fica claro por levantamento realizado por Leite (2012) e Colacrai, Kern, *et.al* (2009) e Cabana (2014), ao longo de todo esse segundo período que se estende do início da década de 1980 até finais da década de 1990, a aproximação entre os países do sul é desarticulada. Leite (2012) acrescenta ao papel desempenhado pela crise da dívida, outros pontos de fundamental importância para explicar a desarticulação: 1) derivado da concepção alternativa a desenvolvimentismo (estrutural, sobretudo na América Latina) criou-se uma nova concepção de desenvolvimento que impulsionou uma competição pelos investimentos estrangeiros diretos nos agora chamados “mercados emergentes”; 2) menor envolvimento em política externa, principalmente dos países latino-americanos envolvidos em processos internos de redemocratização; e 3) uma crise epistemológica, tendo em conta que a CSS havia se estruturado em torno do conceito de Terceiro Mundo, e, ao ruir a URSS perde o sentido imediato de existência.

Nesse contexto de aprofundamento da crítica do papel do Estado nas economias subdesenvolvidas (ou em desenvolvimento) os autores apresentam um avanço na concepção de cooperação sul-sul que é utilizado atualmente e que, é necessário dizer, já estava apontado no Plano de Buenos Aires. Inclusive, como colocado por Leite (2012), é uma condição importante para perspectivas mais longevas, tanto da ajuda internacional, quanto da CSS em si. Está-se referindo, aqui, ao envolvimento de outros atores, que não somente o Estado no processo de cooperação. Ou seja, estas formas “extra estatais” podiam “mitigar los temores de paternalismo, uno de los puntos críticos de la dimensión sur-sur como de la norte-sur” (COLACRAI, KERN, *et al.*, 2009, p. 13). Ademais não se incorreria na dependência de um só governo no poder. Ou seja, com o envolvimento da sociedade de maneira geral a possibilidade de continuação do processo de cooperação tenderia a ser mais efetivo (LEITE, 2012, p. 33).

Nos anos 1990, então, pode-se verificar um retorno de condicionalidades para concessão de ajuda, vista, sobretudo, na forma de investimentos diretos estrangeiros como os mais eficientes, porque estão sob os auspícios do mercado. É como sintetizou Fukuyama, ao final da referida década: as instituições para que um país pudesse atingir o progresso estavam dadas, faltavam aos países em desenvolvimento fazerem as escolhas certas. Seria necessário adotar as políticas reformistas do Consenso de Washington. Uma série de países, sobretudo na América Latina seguiram esta trilha em busca dos investimentos, ainda que possamos distinguir algumas práticas alternativas nos países

asiáticos, em especial a China que aplicou uma série de restrições às entradas de IED, e preteriu os investimentos em portfólio e financiamentos de longo prazo. Nas palavras de Colacrai et.al (2009, p. 14):

En este sentido, y dando prioridad a la efectividad de la ayuda, el CAD destacaba que ésta sólo había funcionado donde los países en desarrollo habían hecho esfuerzos propios y gozaban de una institucionalidad fuerte. Así, el esquema norte-sur incorporó una serie de requisitos político-institucionales para destinar ayuda, entre ellos, un marco político sano y estable, buen gobierno y ampliar participación de la población local. Estos requisitos constituyeron la noción de “selectividad”, dando así un nuevo nombre al establecimiento de condiciones para recibir ayuda (COLACRAI, KERN, *et al.*, 2009, p. 14).

Os autores argumentam que o contexto de restrição da cooperação norte-sul, aliada ao aumento significativo das condicionalidades impostas à concessão de ajuda ao desenvolvimento – em que pese à noção de unilateralidade que guarda este conceito –, haveria espaço para avanço da cooperação sul-sul, sem condicionalidades e buscando uma relação mais horizontal. No entanto, “bajo este proceso de creciente diferenciación del sur y de búsqueda de una mayor inserción individual y competitiva de muchos de estos países en la economía global, se perdió una nueva oportunidad” (COLACRAI, KERN, *et al.*, 2009, p. 14).

Se o final da Guerra Fria trouxe consigo a hegemonia do pensamento neoliberal, ao final da década de 1990, as políticas neoliberais eram postas em dúvida devido às sucessivas crises que abalaram Argentina, México, Leste Asiático, Rússia e Brasil. Todas com consequências nefastas para os países latino-americanos de maneira particular. Esse novo contexto permitiu a ascensão de governos de centro-esquerda ao poder, sobretudo no países sul-americanos. Assim, alguns países buscaram uma inserção econômica mais autônoma e relações políticas mais independentes dos Estados Unidos, o que proporcionou novamente terreno fértil para proliferação de ideias voltadas à cooperação sul-sul.

## **2 O QUE ESPERAR DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NO SÉCULO XXI?**

A retomada das discussões sobre a cooperação sul-sul no século XXI ocorre em contexto distinto do que se apresentava no final de ascensão da primeira fase desta modalidade. Um fator essencial que se pode mencionar é a perspectiva econômica num contexto de turbulência vivenciado pelos países desenvolvidos. Se num primeiro momento a baixa integração e parco conhecimento entre os países desenvolvidos impunham barreiras para o adensamento das relações nos termos da cooperação sul-sul, atualmente se verifica maior interação entre esses países. Consequentemente ampliam-se as possibilidades de cooperação nestes termos. Nos levantamentos realizados por Leite

(2012) e Cabana (2014) é possível verificar uma intensificação dos eventos tidos como “cooperação sul-sul” a partir da década de 2000. Registrado este fato, é necessário identificar quais são os termos predominantes para definição da cooperação sul-sul.

Utiliza-se neste trabalho, largamente a tentativa de definição da cooperação sul-sul realizada por Leite (2012). Neste trabalho, a autora busca estabelecer uma conexão entre as definições utilizadas pelos governos e agências de cooperação nacionais, geralmente mais amplas, com definições de especialistas em cooperação internacional, que entendem a CSS como uma modalidade de cooperação. Compreendê-la desta maneira é uma simplificação que limita o entendimento das relações sul-sul, uma vez que, historicamente, a CSS é mais que “uma ajuda oferecida por doadores emergentes”. Por outro lado é necessário estar atento à ideologização presente nos discursos proferidos pelas agências e governos propensos a manter uma imagem de busca por uma ordem internacional alternativa que, todavia, não se concretiza. Nas palavras da autora:

Dizer em que medida determinada relação entre dois países do Sul pode ser qualificada como CSS é, portanto, uma questão empírica, e não um pressuposto, como vem sendo tratado pelas abordagens à CSS em geral. Antes que o processo de troca seja empiricamente demonstrado, talvez o ideal seja referir aos diversos contatos entre países em desenvolvimento não como CSS, mas como relações Sul-sul.

De qualquer maneira, há que se buscar uma definição operacional para analisar os dados empíricos e, mesmo, saber quais dados selecionar. Assim buscamos estabelecer, com base nas definições de alguns autores e das agências e governos diretamente envolvidos nesta pesquisa, termos comuns que são considerados cooperação sul-sul. Por hora, contudo, basta-nos considerar o que aconselhou Leite (LEITE, 2012): é necessário fazer uma mescla entre as concepções de cooperação sul-sul e cooperação internacional para o desenvolvimento, o que resultaria dessa intersecção seria a cooperação sul-sul para o desenvolvimento. Um conceito mais fácil de operar, ainda que encontre suas limitações. Para a CSSD é necessário levar em consideração se numa determinada relação ambas as partes envolvidas sentem-se recompensadas pelo envolvimento.

### **3 CHINA COMO PAÍS EN DESARROLLO: POLÍTICA EXTERNA PARA EL SUR**

O fim do isolamento chinês ocorreu durante o governo norte-americano de Nixon, auxiliado por Henry Kissinger. De acordo com Pecequilo (2005, p. 195), os Estados Unidos perceberam maior complexidade do sistema internacional, em decorrência da promoção de movimentos de independência e ascensão econômica de Japão e Europa Ocidental. Para Kissinger



haveria uma tendência à multipolaridade, em detrimento da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Em virtude da situação geopolítica, aliada à deterioração econômica que se tornava mais clara, a proposta de Kissinger para o governo Nixon era “se despir de suas variantes mais utópicas e irrealistas para buscar comportamentos mais condizentes com os de um grande poder que visava, e tinha, como maior necessidade, instaurar no sistema internacional contemporâneo um sentido de ordem compartilhado” (PECEQUILO, 2005, p. 195). Assim, chineses e norte-americanos iniciam conversas em 1969. Em 1971, Taiwan é substituída pela China continental na ONU.

Ao longo da década de 1970 a reaproximação da China com outros países, após apoio dos Estados Unidos para a política da China Única (PECEQUILO, 2005, p. 196), vai ocorrendo gradualmente. O comércio internacional é retomado lentamente. Além disso, algumas plantas industriais são compradas dos Estados Unidos e Japão, visando modernização de alguns setores produtivos (SPENCE, 1996). A morte de Mao Zedong, e a opção de Deng Xiaoping por alterar a base filosófica do socialismo chinês da luta de classes para o desenvolvimento das forças produtivas, fazem com que a China entre num processo de integração à economia mundial cada vez mais dinâmico.

Shirk (2007, p. 105) analisa a posição chinesa no pós-Guerra Fria e a construção do conceito de “Responsible Power”. Em 1994 foi a primeira vez que a China hospedou um encontro sobre segurança regional. As instruções de Deng Xiaoping após a queda da União Soviética eram de ocultar as capacidades chinesas, esperando pelo tempo certo. Durante todo esse tempo houve uma recusa dos líderes chineses em aceitarem a condição de potência em ascensão, com algumas exceções. Nas palavras de Shirk (2007, p. 105): avoiding international conflicts that could throw the country off course domestically has been the lodestar of Chinese foreign policy in the post-Deng era – with the exception of the more hard-edged policies toward Japan, Taiwan, and sometimes the United States.

Ao final da década de 1990 a China, em discurso interno, associado a alguns intelectuais de importantes *think tanks*, assumiu que estaria deixando uma condição de potência regional para se tornar um poder em ascensão. Houve um esforço maior para deixar transparecer uma imagem de que este poder em ascensão não estava preocupado somente consigo mesmo, mas que se preocupava com questões de ordem geral. Tal busca recebeu a alcunha de “Responsible Power”. Essa denominação evoluiu, no início do governo de Hu Jintao-Wen Jiabao para Ascensão Pacífica, com o intuito de gerar menos desconfiança e atribuir uma imagem menos agressiva ao grande crescimento econômico chinês. O conceito foi reformulado posteriormente para Desenvolvimento Pacífico, uma vez que se considerou a ideia de ascensão problemática (SHIRK, 2007, p. 107-108).

Para construir essa imagem e contribuir com a manutenção do *status quo* a política externa chinesa estaria organizada em três eixos fundamentais: “accommodating its neighbors, being a team player in multilateral organizations; using economic ties to make friends” (SHIRK, 2007, p. 109).

Outro eixo importante da política externa chinesa foi a relação com o chamado Terceiro Mundo, que atualmente se traduz pelo sul global, ou por países em desenvolvimento. Apesar da maior inserção política e econômica internacional, a China se autodenomina um país em desenvolvimento. Tal condição pautou a política externa chinesa anteriormente, quando se desenvolveu o conceito de cooperação sul-sul. Como já dito na seção anterior, pode-se atribuir a gênese do conceito de cooperação Sul-Sul às conferências que iniciadas na década de 1950. Tal movimento inicia-se na região asiática, quando países como China e Índia buscam soluções independentes para seus conflitos, e países como Ceilão, Burma, Paquistão, Indonésia, além da própria Índia buscam soluções para problemas em comum, decorrentes da condição de “terceiro mundo”. A Conferência de Bandung, realizada no ano de 1955 é o ponto de viragem na organização dos Estados do terceiro mundo. A referida conferência reúne 29 países asiáticos e africanos, e acontece sem a participação dos países europeus, dos Estados Unidos e da União Soviética. O resultado do encontro é sintetizado nos “Dez Princípios de Bandung”, dentre os quais podemos destacar o nono ponto que diz respeito à “promoção de benefícios mútuos e da cooperação”. (LEITE, 2011, p. 56)

Mitchell (2007, p. 109) menciona que durante a Guerra Fria a China utilizou a sua solidariedade com o “terceiro mundo” para “distinguir-se da rivalidade bipolar da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Ao final do ano de 1953, o então primeiro-ministro Zhou Enlai lançou os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica como arcabouço segundo o qual a política externa seria conduzida<sup>2</sup>”. As linhas dessa política externa possibilitaram à China maior aproximação com os países do “terceiro mundo”, que viam no país asiático uma alternativa ao alinhamento bipolar, certamente mais “invasivo” no que diz respeito às suas próprias políticas internas. Mitchell chama-nos a atenção para o fato de que a China buscava, dessa maneira, além de se postar diante da União Soviética numa perspectiva geopolítica, estabelecer uma competição ideológica pela “liderança do comunismo internacional”.

Após crise da Praça da Paz Celestial (Tiananmen), a China voltou-se ao “mundo em desenvolvimento” de maneira mais “concentrada e estratégica”, haja vista a reação do Ocidente em condená-la e isolá-la por suas ações em resposta ao incidente. Atualmente, ao menos em discurso, reconhece-se, ainda, enquanto representante do sul global. Alguns autores, entretanto, postulam que o crescimento econômico chinês dos últimos anos, e sua proeminência nos planos políticos e

---

<sup>2</sup> É na visita que Zhou Enlai realiza à Índia para buscar sanar o conflito do Tibete que se assina e oficializa o documento contendo os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”, que, em teoria, norteia a política externa chinesa ainda hoje.

militares, fazem com que suas ações não sejam voltadas ao mundo em desenvolvimento (MITCHELL, 2007).

Jin Canrong (JIN, 2011) ao analisar a situação das relações internacionais atualmente e as perspectivas chinesas para a década seguinte, assim como vasta gama de autores, considera que o período de hegemonia incontestada dos EUA ao final da Guerra Fria chegou ao fim. A hegemonia estadunidense carregava consigo, ademais, uma clara centralidade no molde ocidental de pensamento, baseado no tripé EUA – UE – Japão. A crise financeira atual veio a agravar essa situação ao por em questionamento também o “modelo” ocidental de pensamento político e econômico. Ao mesmo tempo há a emergência do “mundo não Ocidental”, que incluiria, para o autor, “as economias emergentes, Rússia, mundo Islâmico, Estados fracassados (failed states), e países antiamericanos”. Destaca, pois, que os três primeiros são de maior importância atualmente.

Para Jin (2011, p, 54) a “ascensão do mundo não-ocidental como um todo” e o declínio relativo do poder de influência dos Estados Unidos traria alterações na estrutura internacional, o que “afetaria profundamente questões globais, sistemas de tomada de decisão e idéias para o desenvolvimento no futuro”. Para buscar explicar tais mudanças o autor se vale de uma divisão dos Estados atuais baseado na variável “modernidade”. Assim, entende que desde o final da Guerra Fria têm coexistido três tipos de países: Estados pré-modernos, Estados modernos e Estados pós-modernos. Alguns países da Ásia Central e da América Latina “falharam em se modernizar” e podem ser chamados de pré-modernos ou Estados fracassados (failed states). A maioria dos países se enquadra na categoria de Estados modernos, inclusive os EUA. Em grande medida, os países europeus são classificados como Estados pós-modernos. Nesses diferentes estágios de modernização as preocupações e interesses são diferentes.

Os Estados pré-modernos buscam meios básicos de subsistência, os modernos “ênfaticamente interesses materiais” e pós-modernos tendem a buscar “direitos abstratos”. Após o período de domínio Ocidental (Western-Centrism) houve uma tendência de se priorizarem discussões centradas nos direitos abstratos, envolvendo os países modernos e pós-modernos.

Nevertheless, with the rise of emerging countries, the return to manufacturing in US, the governance crisis in Europe, and the efforts of failed states to modernization, the modern discourse of material interests will reoccupy the Center of global agenda”. (JIN, 2011, p. 55)

Segue com a discussão das tomadas de decisão e a busca dos países emergentes por maior representação. Por um lado a crise financeira acelerou o declínio do atual sistema, por outro lado há maior proeminência do papel desempenhado pelos emergentes. “Consequently, the basic trend of future policy making system is to find the space to meet the demands of emerging countries, and in

turn establish a governance model based on extensive coordination and equal status between traditional and emerging powers” (JIN, 2011, p. 55). Além dos temas globais que se alteram numa nova relação de forças entre países pré-modernos, modernos e pós-modernos, e da participação mais incisiva de emergentes nas decisões internacionais e multilaterais, o autor chama a atenção para a tendência de que as ideias sobre desenvolvimento tornem-se diversificadas e mais independentes. Nas palavras de Jin (2011, p. 56):

The Western image as the Pioneer in the modernization and defender of democracy is now shattered by the exposure of a series of internal problems in the West, such as strategic blunders in US foreign policy, the out-break of financial crisis, and the spread of European sovereign debt crisis.

É interessante constatar, no entanto, que a visão apresentada por Jin Canrong é recorrente entre autores e governo chinês, qual seja, a de que a China surge, enquanto país em desenvolvimento, apresenta uma alternativa interessante a uma série de países que não obtiveram sucesso ao se utilizarem de medidas neoliberais na última década. Ramo (2004) alertou para o que chamou de Consenso de Pequim. Zheng (2010), na mesma linha de pensamento, analisa que a existência de diversos modelos de desenvolvimento dentro da própria China teria a capacidade de demonstrar que não existe uma receita única, tal como se delineava na teoria do fim da história.

É fato que a China, após o período maoísta apresentou um “modelo” diferente de transição e inserção no contexto de globalização que se intensificou ao longo da década de 1990. Ainda que hoje se discuta qual seja tal “modelo”, e em que direção caminhe, a velocidade e amplitude das políticas de abertura e liberalização foram, certamente, muito mais controladas que em países da antiga União Soviética e mesmo da América Latina (CUI e UNGER, 1994) (NAUGHTON, 1995) (CHI e GAO, 1995) (MEDEIROS, 2000) (HARVEY, 2005) (UNITED STATES CONGRESS, 2006) (WALKER e BUCK, 2007) (YASHENG, 2008) (ZHENG, 2010). Já na década de 1990, enquanto os seguidores das políticas do Consenso de Washington, em geral, apresentavam crescimento econômico relativamente baixo, a economia chinesa crescia próxima aos 10% ao ano (MADDISON, 2007).

Ao analisar a questão do *soft power* chinês, Jin (2011, p. 58) diz o seguinte:

The scale of China’s industrialization is unprecedented. It has not only achieved sustained rapid economic growth and fundamental changes in social life, but also brought opportunity and welfare to the whole world. The most remarkable point is that the whole process is done in a very short period of time, and has not brought wars and conflicts to other countries. From daily supplies to industrial fabrications, from UN peacekeeping operations to a string of international summits, China is now an outstanding element in international community, while the Chinese Model has become a hot topic around the world. The basic experience and thinking of

China gives new-coming countries a revelation on how to set the priority of domestic agenda, and on how to treat the relationship between external experience and local care.

A grande expansão econômica chinesa, aliada a um contexto de declínio do poder norte-americano, que se verifica em variadas esferas, trouxe maior proeminência política para a China nas relações internacionais atuais. O poder estadunidense ainda é grande e concentra-se em questões valorativas, além da grande capacidade militar. No entanto, já não sustenta facilmente o discurso da possibilidade do desenvolvimento para todos tal como se verificou nas décadas após a Segunda Guerra, e, novamente na década de 1990 sob discurso renovado nas bases do neoliberalismo. A China surge, senão como uma alternativa, devidos aos problemas sociais e de políticos que acompanham seu modelo, pelo menos como uma representação de alternativa no contexto pós-Guerra Fria. No entanto, apesar de apresentar-se com esse discurso, a China pode significar problemas para uma série de países em desenvolvimento, sobretudo os que apresentavam estrutura industrial mais diversificada em período anterior. Por isso é importante analisar as possibilidades de cooperação com a China em bases empíricas, ou seja, verificando a efetividade dos discursos apresentados.

#### **4 A CHINA E A AMÉRICA DO SUL**

O contexto político e econômico favorável e as políticas comerciais de expansão das exportações foram responsáveis pela maior penetração dos produtos chineses no mercado mundial. O maior intercâmbio comercial, como é de se esperar, possibilita canais de aproximação em outros campos econômicos, como investimentos por exemplo, mas também nas áreas políticas, culturais, de cooperação técnica, entre outros aspectos. Embora a política chinesa preze por argumentos de não-interferência e de crescimento harmonioso, sob o lema dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e da outrora denominada ascensão pacífica, a própria dimensão de seu crescimento, como salientaram alguns autores (MOYO, 2013) (PIRES, 2014) interfere no sistema internacional. Nesse sentido, não há que se negar que a ascensão chinesa das últimas décadas trouxe consequências para a região latino-americana<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> É interessante notar, do ponto de vista da política internacional, que em 2006 ocorreu um encontro entre os responsáveis de EUA e China em que se estabeleceu um mecanismo de consulta para atuação na região latino-americana. Em novembro de 2013 ocorreu o sexto encontro para consulta, demonstrando a persistência da presença chinesa na região, bem como a manutenção de uma relação amigável com os EUA, que tiveram, historicamente, influência incontestada na região. Cf. [http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/IAD8661\\_China\\_Triangular0424v2e-may.pdf](http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/IAD8661_China_Triangular0424v2e-may.pdf) e [http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-11/13/c\\_132885430.htm](http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-11/13/c_132885430.htm)

Como analisou Matta (2011, p. 67) “[...] a diplomacia chinesa tem sido cuidadosa: a opção por não tratar de impor estratégias, mas antes de identificar as coincidências e áreas de interesse comum. Trata-se da perspectiva de win-win, do ganho compartilhado, tão frequente em seus discursos e documentos”. Na história recente, de acordo com Zhang e Li (2003, p. 237), as relações entre China e América Latina desenvolveram-se rapidamente sobre essas bases. A diplomacia de alto nível teve início em 1981, quando o primeiro-ministro chinês participou de um diálogo Norte-Sul. O primeiro país a ser visitado oficialmente foi México, seguido de Colômbia, Brasil, Argentina e Venezuela. Somente em 1990 o então presidente Yang Shangkun, realiza visitas oficiais no México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile (ZHANG e LI, 2003, p. 238)

A partir de 1990 as relações começam a se intensificar. O primeiro-ministro Li Peng participa da Rio-92, e mantém conversações de alto nível com Brasil, Cuba, México, Argentina, Chile, Peru e Suriname. Em 1993 é firmada a primeira relação de parceria estratégica da China, com o Brasil. Em 1995 há nova visita de Li Peng a diversos países latino-americanos. Em 1997 firma uma parceria de cooperação com México, que evoluiu para parceria estratégica em 2003. Em 2001 estabelece Parceria Estratégica de Desenvolvimento Comum com a Bolívia. Em 2004 estabelece Parceria Estratégica com Argentina e Parceria de Cooperação com Chile. Em 2006 é assinado importante Tratado de Livre-Comércio entre China e Chile. O Peru firma Parceria de Cooperação com a China em 2006, e em 2010 assina, também, um Tratado de Livre Comércio (ZHANG e LI, 2003 e MITCHELL, 2007).

As exportações de América Latina e Caribe para China aumentaram de maneira significativo ao longo das últimas duas décadas. O volume exportado saltou de pouco menos de 2 bilhões de dólares, em 1992, para cerca de 125 bilhões ao ano em 2013. Em proporção ao restante do mundo as exportações latino-americanas para China saíram de 2,4% e chegaram a representar 6,9% da pauta de importações do país asiático em 2012. Em 2013 registrou-se ligeira queda de participação e representou 6,5%. A América Latina também ampliou sua participação como importadora da China. Em 1992 correspondia a apenas 1,26% do total de exportações chinesas. Atualmente é o destino de mais de 6% das exportações do gigante asiático (UNCOMTRADE, 2014).

No entanto, talvez seja mais interessante desmembrarmos a região para análise. Vadell (2011) chama a atenção para a grande concentração de trabalhos que analisam as relações da China com a América Latina como um todo, deixando escapar a percepção de que existem diferenças significativas, sobretudo quando se toma por objeto a América do Sul. Partindo do pressuposto que uma das motivações empíricas para esta pesquisa é a referência ao Documento emitido pela China indicando suas intenções para a América Latina e Caribe, deve-se empreender um esforço de

sistematização desses países para que sejam analisadas as relações entre a China e a região. Tomou-se por base, para uma pré-seleção, os países membros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), excluindo-se, todavia os países que não integram a região efetivamente: Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e República da Coreia. Excluíram-se também os membros associados: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turcas e Caicos. Em seguida, buscou-se identificar os países da região que mantêm relações diplomáticas com a China, com o que se pôde excluir (no momento de definição do objeto: início de 2013) Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago (CHINA).

Constata-se que, dos vinte membros localizados na América Central e Caribe, apenas nove mantêm relações diplomáticas com a China (apenas Costa Rica na América Central). Um motivo importante é o fato de muitos países da região ainda manterem relações diplomáticas com Taiwan. A afirmação da política de “Uma China” ainda consiste num tema central da política externa chinesa. Após a reconquista de Hong Kong e Macau, Taiwan permanece como ponto mais delicado nesse sentido. Tendo isso em vista, deduziu-se que a possibilidade de aprofundamento das relações entre a China e muitos países da América Central seja menor por hora, embora as relações comerciais possam ser proporcionalmente significativas. Isso sem entrar no mérito da maior influência estadunidense na região. Apesar do documento se referir à América Latina e Caribe como um todo, atualmente, as relações diplomáticas chinesas se encontram mais avançadas na América do Sul, com exceção do Paraguai.

Do ponto de vista econômico a diferença também é marcante. As importações da China desde países latino-americanos são muito mais concentradas na região sul-americana. Em 2008 chegaram a representar cerca de 90% do total importado por América Latina e Caribe. Em 2013 essa cifra registrou ligeira queda representando cerca de 87%, ao passo que Caribe contribuiu com menos de 1% e América Central com cerca de 12,5% das exportações da região para China. Com respeito as exportações chinesa para a região, América do sul representou em 2002 cerca de 41%, América Central 50% e Caribe 8%. A tendência nos últimos anos foi de maior concentração das exportações para América do Sul, que passou a comprar, para o ano de 2013, 63% das exportações chinesas para América Latina e Caribe, enquanto América Central reduziu sua participação para 33,5% e Caribe para 3,5% (UNCOMTRADE, 2014).

Uma perspectiva interessante a se ter em conta, também, é que a penetração chinesa no mercado latino americano se concentrou muito mais na região sul-americana. Ao tomarmos a região

como um todo é possível afirmar que houve um deslocamento da posição dos Estados Unidos como grande parceiro comercial dos países da América Latina. No entanto, ao se dividir a região nota-se que a presença chinesa é maior em números absolutos e relativos na América do Sul que em Caribe e América Central, sendo que nestas duas regiões os laços comerciais com os Estados Unidos se mantêm mais fortes.

A mudança mais significativa, contudo, foi a ascensão chinesa e o declínio norte-americano. As exportações chinesas à América Latina registraram expressivo crescimento, saltando de uma posição de menos de 1% em 1990 para algo em torno de 12% em 2010. Enquanto isto, a participação relativa das exportações dos E.U.A à região declinou 11,4%, caindo de 42,9% para 31,5%. (PEDROZO; SILVA; PIRES, 2012).

Na região sul-americana, tampouco, as implicações e relações econômicas com a China são homogêneas. Um estudo realizado pela (REDLAT, 2010) buscou identificar tipologias de relações comerciais entre China e países selecionados da América Latina. A publicação definiu, então, quatro tipos: “a) exportadores de *commodities* ‘chinesas’ com reduzido parque industrial” representados por Chile e Peru; b) “Economias Industriais sem Tratados de Livre Comércio e exportadores de *commodities*”, Argentina e Brasil; c) Economias exportadoras de produtos industriais que possuem Tratados de Livre Comércio com os EUA, México e países da América Central; e d) países pequenos exportadores de *commodities* e com reduzida base industrial, Equador e Uruguai.

Com base nos dados aqui apresentados optou-se por analisar os casos de Brasil e Chile, sintetizando os argumentos como segue. Em primeiro lugar não haveria fôlego e tampouco espaço para analisar caso a caso a diversidade de países latino-americanos. Além disso diante dos motivos expostos anteriormente, optou-se por dar mais atenção à região sul-americana. Feito este recorte inicial, buscou-se selecionar países com 1) economias significativas dentro da América do Sul; 2) que possuem relações econômicas significativas com China; 3) possuem relações diplomáticas estabelecidas; 4) possuem estruturas econômicas historicamente distintas; 5) possuem política exterior (em sentido amplo) com objetivos distintos nos últimos anos, sobretudo no que se refere à distinção das relações com o sul global. Dessa maneira espera-se poder encontrar diferenças, se houver, entre as possibilidades efetivas de cooperação, em que se levam em conta os objetivos distintos de cada país, ou um determinismo estrutural, em que, apesar das expectativas, reproduzem uma relação perversa para os países sul-americanos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o sistema internacional passou por transformações significativas. As consequências do crescimento chinês e suas implicações no plano político e econômico, e nas relações internacionais de maneira geral ainda são recentes e necessitam de melhor compreensão. Ao longo das últimas décadas, como foi extensamente divulgado, a produção industrial localizada na China invadiu os mercados mundiais. Concomitante a esse processo as fábricas chinesas passaram a demandar grandes quantidades de matéria-prima. A China, pois, ascendeu como grande trader global, e, como não podia deixar de ser, durante a última década, a participação chinesa no comércio internacional com países da América do Sul aumentou significativamente.

A ascensão chinesa, portanto, configura-se como um fato inegável. Os líderes chineses reconhecem essa situação, mas são cautelosos ao afirmar-se de maneira incisiva. Dessa maneira, ainda sustentam um discurso mais brando em relação à sua ascensão. Os documentos de aproximação com os países do sul seguem a linha de política externa chinesa e, na condição de país em desenvolvimento, propõe maior cooperação entre os países dessas regiões com o objetivo de promover relações de benefício mútuo em busca do desenvolvimento. Embora o teor dos documentos não demonstre claramente a intenção de exercer influência nessas áreas, faz-nos refletir sobre a ampliação da atuação chinesa nas décadas recentes.

A América Latina, desde meados do século XIX, foi considerada área de influência direta dos Estados Unidos, o que pode ser paradoxalmente demonstrado por momentos de negligência da política externa estadunidense em reiteradas ocasiões. O crescimento econômico chinês e sua busca por mais mercados e fornecedores de matérias-primas, além da procura por aliados que sustentem sua política externa inclusive nos organismos multilaterais pode sugerir interferência nas relações políticas da região latino-americana. O aceno, em 2008, com a publicação de um livro branco para a região insere-se neste contexto.

A aproximação chinesa em direção aos países em desenvolvimento não corresponde apenas a questões ideológicas de disputa por uma ordem internacional mais equitativa. No âmbito multilateral, busca promover a política da China única. Por outro lado bem procura ampliar suas possibilidades de comércio internacional. As relações de comércio têm se dado em grande medida por meio de acordos bilaterais. Embora, após a crise capitalista mais recente, a China tenha direcionado seu crescimento econômico para dentro, as relações chinesas buscam aproximar-se de fornecedores de matérias-primas. Porém o discurso de promoção mútua do desenvolvimento ainda constitui a tônica dos discursos chineses. Ainda não fica claro até que ponto as relações que, de fato, se estabelecem são compreendidas pelas partes envolvidas como vantajosas para ambos. É

necessário portanto prosseguir com as investigações, nos termos aqui desenvolvidos, para ter uma visão mais clara sobre as implicações da ascensão chinesa para a região sulamericana.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BERNAL-MEZA, R. **América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

CABANA, S. L. **Cronología e historio de la cooperación sur-sur: un aporte desde Iberoamérica**. Programa Iberoamericano para fortalecimiento de la cooperación sur-sur. [S.l.]. 2014.

CEPAL. Disponivel em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/3/21493/P21493.xml&xsl=/tpl/p18f-st.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

CHI, F.; GAO, S. **Theory and reality of transition to a market economy**. Beijing: Foreign Language Press, 1995.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Disponivel em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/gjhdq\\_665435/3447\\_665449/](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3447_665449/)>. Acesso em: 29 out. 2013.

COLACRAI, M. et al. **Escenarios y desafíos de la cooperación sur-sura 30 años de la declaración de Buenos Aires**. Centro de Investigación en Cooperación Internacional y Desarrollo. Buenos Aires. 2009.

CUI, Z.; UNGER, R. M. China in the Russian Mirror. **New Left Review**, n. 208, nov-dez 1994.

HAMILTON, A. Report on manufacturing, 1791. Disponivel em: <[http://www.constitution.org/ah/rpt\\_manufactures.pdf](http://www.constitution.org/ah/rpt_manufactures.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2014.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

JIN, C. The World and the China in the next decades: a perspective from international politics. In: \_\_\_\_\_ **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: FUNAG, 2011.

LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observador on-line**, Rio de Janeiro, 7, n. 03, mar. 2012. Disponivel em: <[http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador\\_v\\_7\\_n\\_03\\_2012.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2014.

LEITE, P. S. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponivel em:

<[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao\\_sul\\_sul.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Cooperacao_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2012.

MEDEIROS, C. A. D. **China: entre os séculos XX e XXI**. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MITCHELL, D. J. China and the developing world. In: CSIS **The China Balance Sheet in 2007 and Beyond**. Washington: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://csis.org/programs/freeman-chair-china-studies/china-balance-sheet/papers>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MOYO, D. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

NAUGHTON, B. **Growing out of the plan: Chinese reform, 1978-1993**. New York: Cambridge University Press, 1995.

PECEQUILO, C. **A política externa do Estados Unidos: continuidade ou mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PIRES, M. C. **A política de desenvolvimento pacífico da China: uma estratégia em xeque**. Congresso nacional ALADAA de Argentina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. 2014.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. Disponível em: <[http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch\\_el\\_desarrollo\\_eco.pdf](http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2014.

RAMO, J. C. **Beijing consensus**. London: Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/publications/TheBeijingConsensus>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

REDLAT. **As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e a América Latina: Parceria Estratégica ou Interdependência Assimétrica?** REDLAT. [S.l.]. 2010.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SHIRK, S. **China: fragile superpower**. New York: Oxford University Press, 2007.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SPECIAL UNIT FOR TCDC. **The Buenos Aires Plan of Action**. United Nations. Buenos Aires. 1978.

SPENCE, J. **Em busca da China moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Adress**. [S.l.]. 1949.

UNCOMTRADE. UN Comtrade database, 2014. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

UNITED STATES CONGRESS. **Five challenges tha China must overcome to sustain economic growth**. Cannon House Office Building. Washington DC. 2006.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 19, nov. 2011. 57-79.

VIGEVANI, T. **Terceiro mundo**: conceito e história. São Paulo: Ática, v. 2ª, 1994.

WALKER, R.; BUCK, D. The Chinese road to capitalism. **New Left Review**, n. 46, jul-ago 2007.

YASHENG, H. **Capitalism with Chinese characteristics**. New York: Cambridge University Press, 2008.

ZHANG, X.; LI, S. O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina Brasília. In: \_\_\_\_\_ **Ásia, América Latina, Brasil**: a construção de parcerias. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, 2003.

ZHENG, Y. China, an emerging power, is exploring tis own development model. **China Economist**, n. 24, jan-fev 2010.